

## **Propostas de emendas ao Documento Referência da CONAE**

---

Foram digitadas as emendas aprovadas na Plenária observando o seguinte formato:

- a) Na **cor azul** as emendas aditivas;
- b) Na **cor vermelha** as emendas substitutivas;
- c) Na **cor verde** as emendas supressivas.

### **EIXO III**

#### **Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar**

**116** Porém, mesmo nesse segmento, há uma restrição evidente, pois somente às crianças de seis a quatorze anos é garantida a oferta obrigatória do ensino fundamental. Com isso, parcelas dos jovens e adultos ficam à margem do atendimento no ensino fundamental, bem como parte das crianças de zero a seis anos, demanda da educação infantil, e dos jovens, clientela do ensino médio, tem atendimento ainda insuficiente pelo Estado. O que assume dimensão ainda mais crítica, quando se consideram os enormes desafios para garantir acesso com qualidade **aos níveis e modalidades de ensino que não são garantidos na LDB, tais como: educação infantil, ensino médio e educação superior.**

**117** É importante destacar que a **democratização da educação** não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos os que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com **acesso e permanência** de todos no processo educativo, **em todos os níveis e modalidades de ensino**, dentro do qual o *sucesso* escolar é reflexo da qualidade. Mas somente essas três características ainda não completam o sentido amplo da democratização da educação **faz-se necessário também garantir e assegurar as condições materiais para a permanência, tais como: alimentação, transporte e material escolar, bem como a gestão democrática do ensino.**

**119** É importante observar, também, que a concepção de **sucesso escolar** de uma proposta democrática de educação não se limita ao desempenho do aluno. Antes, significa a garantia do direito à educação, que implica, dentre outras coisas, uma trajetória escolar sem interrupções, o respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento. Além disso, implica a consolidação de condições dignas de trabalho, formação e valorização dos profissionais da educação e a construção de **Projeto Político Pedagógico (PPP)** e **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**

articulados com a comunidade e demandas dos movimentos sociais. Significa, também, reconhecer o peso das desigualdades sociais nos processos de acesso e permanência à educação e a necessidade da construção de políticas e práticas de superação desse quadro.

**121** Como elementos constitutivos dessa forma de gestão podem ser apontados: participação, autonomia, transparência e pluralidade. E, como instrumentos de sua ação, surgem as instâncias diretas e indiretas de deliberação, tais como conselhos escolares ou equivalentes, órgãos colegiados superiores e similares, [garantindo a paridade na composição dos colegiados em todas as instâncias](#) que propiciem espaços de participação e de criação da identidade do sistema de ensino e da instituição de educação básica e superior, [sendo assegurada ainda a eleição direta para diretores](#).

**124** Essa compreensão do **processo de democratização da educação básica e superior** impulsiona a superar alguns dos grandes desafios da educação, no Brasil, tais como: garantia efetiva da laicidade, da gratuidade e da universalização da educação pública em todos os níveis e modalidades; efetivação do paradigma da gestão democrática; ampliação da escolarização obrigatória e da jornada ou tempos escolares, consubstanciando a educação de tempo integral; ~~criação e implementação de padrão de qualidade nas condições de oferta e de aprendizagem~~ [garantindo de forma efetiva a permanência dos alunos e profissionais de educação, através de uma reforma estrutural física, organizacional e pedagógica assegurando os padrões de qualidade socialmente referenciados nas condições de oferta e aprendizagem](#).

**125** A **democratização do acesso, da permanência e do sucesso escolar** passa, certamente, por uma valorização positiva da escola. A instituição educativa de boa qualidade é vista positivamente pelos estudantes, pelos pais e/ou responsáveis e pela comunidade, o que normalmente resulta em maior empenho dos estudantes no processo de [continua](#) aprendizagem, assim como na maior participação das famílias no projeto político-pedagógico da escola ou no [Plano de Desenvolvimento Institucional \(PDI\)](#), no caso das [Instituições de Ensino Superior \(IES\)](#). Instituição com projeto pedagógico ou PDI claramente definido pelo conjunto dos agentes e empenhada na formação e na aprendizagem dos estudantes obtém, normalmente, respostas mais positivas, sobretudo porque as aulas e as atividades educativas são mais abrangentes e, ao mesmo tempo, envolventes, geralmente porque os professores utilizam estratégias e recursos pedagógicos adequados aos conteúdos e às características dos alunos. São instituições

onde os estudantes reconhecem e valorizam o trabalho dos professores e dos demais trabalhadores da educação e, também por essa razão, se envolvem mais no processo de aprendizagem.

**127** A garantia do direito à educação, seja dos estudantes e/ou da comunidade em geral, depende da qualidade das condições de trabalho que são asseguradas aos trabalhadores da educação, constantes ofertas de situações de aprendizagem, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, que cotidianamente produzidas, despertam no estudante uma perspectiva ampla de formação, destacando-se o processo de continuidade de seus estudos e sua inserção profissional no mundo de trabalho.

~~128 Assim, os pais/mães ou responsáveis buscam boas instituições educativas para as crianças e adolescentes; os estudantes permanecem na instituição porque, em geral, gostam dela e porque aprendem, já que são boas as relações entre eles e os professores, pais, direção e demais servidores; o ambiente escolar é acolhedor, agradável, educativo, eficiente e eficaz, o que leva os estudantes a estudarem com mais afinco.~~

~~129 Tratam-se, também, de boas instituições, porque as condições de trabalho estão asseguradas, porque as situações de aprendizagem (envolvendo a pesquisa e a extensão) são cotidianamente produzidas e, ainda, porque os estudantes conseguem ter uma perspectiva ampla de formação e de sucesso quanto ao seu futuro, destacando-se o processo de continuidade dos estudos, a pesquisa e a inserção profissional.~~

**134** As constantes alterações produtivas no mundo do trabalho e nos perfis profissionais implicam cada vez mais em garantias de qualificação e de formação profissional, tendo em vista a inserção profissional e cidadã dos trabalhadores.

**135** No que se refere à **educação superior**, conforme dados recentes, observa-se que esse nível de ensino continua elitista e excludente. A expansão ocorrida na última década não foi capaz de democratizar efetivamente esse nível de ensino, sobretudo se considerarmos a qualidade, o acesso e a permanência em Instituições de Ensino Superior (IES).

**137** Dados do Inep mostram que entre a população universitária, os brancos representam ~~52% dos brasileiros e~~ 72,9% na educação superior. Os pardos representam ~~41% da população geral e~~ 20,5% estão nas IES. Já e os pretos somam ~~5,6% da população geral e somente~~ 3,6% estão representados nesse nível de ensino (Inep, 2004). Esses dados evidenciam a presença das desigualdades raciais, sociais e a necessidade de

políticas de democratização do acesso e da permanência nesse nível de ensino que visem à sua superação.

**143** A esse quadro complexo agregam-se significativas **diferenças com relação ao acesso, garantia de permanência e a qualidade social da educação oferecida às populações das áreas rurais e urbanas e dos grupos étnicos. Soma-se a isso o distanciamento do currículo nas unidades escolares e dos mecanismos de avaliação que não consideram o processo sócio-histórico-cultural vivido por esses grupos educacionais**, encontradas entre os grupos étnicos; a importante diferença de desempenho entre as áreas rurais e urbanas; a alta dispersão dos estudantes, o que gera enorme discrepância interna nos resultados de muitos grupos etários; e, finalmente, o baixo rendimento nominal mensal *per capita* da grande maioria dos estudantes brasileiros.

**145 a)** A consolidação de políticas, diretrizes e ações destinadas à **educação infantil**, sobretudo considerando a obrigatoriedade **da oferta de atendimento** a partir dos **4 meses de idade** via coordenação efetiva e atuante dos órgãos da União, estados, Distrito Federal e municípios, com a ampliação, apoio e otimização dos processos de organização, gestão e universalização gradativa dessa etapa da educação básica; a realização do censo da educação infantil, garantindo que todas as instituições de educação infantil, públicas e privadas sejam incluídas no Censo Escolar e em outros levantamentos de informações educacionais; a garantia de que o atendimento das crianças seja feito exclusivamente por profissionais devidamente habilitados, conforme a legislação vigente; **a formação continuada em serviço, participação de toda comunidade escolar na construção do projeto político pedagógico e na discussão, debate e elaboração do currículo que tenha como eixo norteador o binômio educar-cuidar, adequação do espaço físico de acordo com os parâmetros de qualidade para infraestrutura do MEC, adequação do mobiliário à faixa etária e material pedagógico que garanta a brincadeira, a ludicidade, a fantasia, as múltiplas linguagens, a criatividade, a diversidade cultural, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**; o debate, o repensar, a revisão e a modificação, de modo integrado, de todo o currículo das primeiras etapas da educação básica, em decorrência do ingresso aos seis anos no ensino fundamental, tornado obrigatório; a discussão e proposição de diretrizes para as políticas de convênios com entidades privadas, de tal forma que o MEC assuma a coordenação dessa discussão; a ampliação da oferta de educação infantil pelo poder

público, extinguindo progressivamente o atendimento por meio de instituições conveniadas.

**145 b)** A universalização e a ampliação do **ensino fundamental para nove anos, iniciando aos seis anos completos**, garantindo mais tempo e oportunidades de aprendizagem à escolarização obrigatória e gratuita no País, e, ao mesmo tempo, a otimização do uso da capacidade instalada nos diversos sistemas de ensino. Isso inclui favorecer a autonomia das escolas em seus múltiplos aspectos; estimular o professor e a escola a desenvolverem discussões sobre o currículo e sua gestão pedagógica; investigar e analisar as lacunas entre as propostas curriculares; promover discussões, análise e proposição a respeito do currículo, na perspectiva das diferentes linguagens e da diversidade cultural, dentre outras; avaliar os resultados de propostas alternativas, gestadas e implementadas em diferentes sistemas; estimular a implantação de organizações curriculares alternativas à seriação, conforme o previsto no Art. 23 da LDB (Lei n. 9.394/96); avaliar as possibilidades e o sentido do trabalho da alfabetização e do letramento, no âmbito do ensino fundamental; adequar os espaços físicos, mobiliário e material didático-pedagógico às etapas e modalidades de ensino da escola, considerando o custo-aluno e os referenciais de qualidade para cada nível ou etapa de educação, **garantindo, por obrigatoriedade, a existência da equipe técnico-pedagógica para o desenvolvimento do trabalho e proporcional ao número de alunos.**

**145 f)** A consolidação de uma política de **educação de jovens e adultos (EJA)**, concretizada na garantia de formação integral, **de qualidade social, para além da suplência e da, de alfabetização, mas garantindo o acesso e a permanência as e das** demais etapas de escolarização, ao longo da vida, inclusive àqueles em situação de privação de liberdade. Essa política – pautada **pela garantia da equidade**, pela inclusão e qualidade **social sociais** – prevê um processo de gestão e financiamento que assegure isonomia de condições da EJA em relação às demais etapas e modalidades da educação básica, bem como a implantação do sistema integrado de monitoramento e avaliação, **produção de material didático adequado**, além de uma política de formação permanente específica para o professor que atue nessa modalidade de ensino e maior alocação do percentual de recursos para estados e municípios. Ainda, essa modalidade de ensino deve ser ministrada por professores ~~licenciados~~. **Habilitados.**

### **Proposta Vinculada ao EIXO III**

**Parágrafos 131, 132,133,137.**

Os dados apresentados nos itens 131,132,133,137 e ao longo de todo o documento, indicam a dura realidade da educação brasileira, porém os mesmos carecem de fontes e metodologia da pesquisa não permitindo uma análise mais crítica das informações apresentadas. Sugerimos para elaboração do documento de 2010 sejam apresentados de forma atualizada e que seja feita uma análise quantitativa e qualitativa.